

AGORA, É SALVAR 85

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É, 28.12.1983

O Fundo Monetário Internacional tem um projeto para o Brasil. em 1984 foram estabelecidas as seguintes metas: 9 bilhões de superávit na balança comercial (correspondendo a cerca de 6 bilhões de déficit em transações correntes), aumento de 50 por cento na oferta de moeda, eliminação total do déficit público real ou operacional. Para 1987 ou no máximo 1988 o FMI estabelece como objetivo zerar a balança em conta corrente do Brasil, ou, o que vem a dar no mesmo, nivelar a dívida externa do Brasil. Nesse momento nossa dívida externa deverá atingir cerca de 120 bilhões de dólares sobre a qual estaremos pagando cerca de 15 bilhões de dólares anuais de juros. Nosso superávit comercial, dados 4 bilhões de dólares de serviços reais (transportes, seguros e turismo) e 1 bilhão de dólares de investimentos diretos, deverá alcançar 18 bilhões de dólares, para que a balança em conta corrente zere (18 bilhões de saldo comercial mais 1 bilhão de investimentos diretos menos 15 bilhões de juros e menos 4 bilhões de serviços reais igual zero).

Estes números indigestos são o projeto do FMI para o Brasil. Trata-se de um projeto, e primeiro lugar gravemente recessivo, em segundo lugar, claramente inviável.

O caráter recessivo do projeto deriva da permanente compressão das importações que está hoje implícito. Os programas de ajustamento do FMI geralmente logram um aumento de saldo comercial, como foi possível comprovar no caso brasileiro, em 1983; mas 80 a 90% desse saldo comercial é sempre devido à diminuição das importações, lograda pela recessão interna.

A política monetária e a política fiscal, ambas extremamente rígidas, que completam o programa do Fundo, visam teoricamente desaquecer a demanda, reduzir a inflação e levar o país à “não gastar mais do que produz”. Na verdade, o país não está gastando

corretamente mais do que produz, já que a demanda está desaquecida a três anos. Mas o país está obrigado a pagar juros elevadíssimos sobre dívidas passadas. Esses juros, para serem pagos, dever ser cobertos por novos financiamentos ou por superávits crescentes da balança comercial. Como os bancos encontram dificuldades em aumentar os financiamentos, não resta ao Fundo outra alternativa senão provocar recessão via política fiscal e monetária, e assim reduzir importações e aumentar o superávit comercial.

Em 1983 esse objetivo foi alcançado. Teremos mais de 6 bilhões de dólares de superávit comercial e uma queda do PIB de cerca de 4%. Em 1984 a previsão é de 9 bilhões de saldo comercial, que exigira provavelmente outros 4 por cento da queda da renda nacional. A eliminação do déficit público e a meta de 50 por cento de aumento da oferta de moeda, embora não devam ser atingidas, são os instrumentos recessivos para se lograr aquele superávit comercial.

Ora, um projeto recessivo a longo prazo para o Brasil não faz sentido nem econômico, nem moral. Não faz sentido econômico, porque significa a falência ou o atraso tecnológico devido à impossibilidade de realizar investimentos de um número crescente de empresas. Porque significa pôr em risco o maior parque industrial do terceiro mundo, que precisa hoje, mais do que nunca, acompanhar o desenvolvimento tecnológico para se tornar competitivo e exportar. Não faz sentido moral porque significa mais desemprego, mais subnutrição, mais doenças, mais sofrimento de milhões de brasileiros que estão sendo jogados para a situação de pobreza absoluta. Teodoro Meissner observa que somente entre 1981 e 1982 o número de brasileiros que ganhavam no máximo meio salário mínimo (Cr\$ 28.560 mensais) saltou de 7,4 milhões para 10 milhões de pessoas.

Além de recessivo, entretanto, o projeto do FMI para o Brasil é claramente inviável. Pela simples razão que, dado o nível de endividamento do Brasil e dada a elevadíssima taxa de juros real existente no mercado internacional (cerca de 7 por cento), não será possível lograr em 1988 (a preços de hoje) um superávit comercial de 18 bilhões de dólares.

Para que esse objetivo fosse viável, em um quadro de permanente recessão, seria necessário (admitindo-se que as importações se estabilizassem em 15 bilhões de dólares que só são viáveis mantidos aproximadamente os atuais níveis de desemprego e

capacidade ociosa) que as exportações crescessem de 22 para 33 bilhões de dólares. Seria necessário, portanto, um crescimento real das exportações brasileiras de cerca de 8,5 por cento ao ano nos próximos 5 anos. Dadas as perspectivas da economia mundial essa taxa de crescimento é evidentemente irrealista. Se imaginarmos a hipótese improvável que as importações brasileiras baixem para 12 bilhões de dólares, graças ao agravamento da recessão e à substituição de importações, ainda assim seria necessário um crescimento anual das exportações nos próximos 5 anos de 6,4 por cento ao ano número também inviável para uma economia mundial cujo comércio não deverá crescer em termos reais mais de 1 a 2 por cento ao ano nesta década por diversas razões entre as quais as próprias políticas de ajustamento a que estão submetidos todos os países devedores.

O projeto do FMI para o Brasil é, portanto recessivo e inviável. Na verdade é irracional não apenas porque inviável, mas também porque parte de premissas falsas, entre as quais a principal é a de que o remédio para os problemas do país é a recessão justificada a partir da teoria ortodoxa segundo a qual a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos do país decorreriam de excesso de demanda, ou seja, de gastos correntes superiores à produção.

Ou mais precisamente, o projeto do FMI possui uma racionalidade perversa e contraditória. Seus economistas, da mesma forma que os dos bancos internacionais sabem que o Brasil está com a demanda desaquecida e que, portanto, a inflação não é causada por excesso de gastos correntes. Mas sabem também que para aumentar o superávit comercial a curto prazo recessão em cima de recessão traz sempre algum resultado.

Por outro lado o FMI usa a taxa de juros internacional como um dado que não lhe cabe discutir. Além disso, estabelece o objetivo de zerar a balança de conta corrente do país no prazo mais curto imaginável. Nesses termos, não lhe resta outra alternativa senão definir seu projeto de ajustamento para o país da forma que o faz, embora sabendo-o recessivo e em última análise inviável.

Resta agora perguntar qual é o projeto do Brasil para o próprio Brasil. Vamos concordar com uma recessão sem fim, vamos aceitar o prosseguimento do processo de

desindustrialização em marcha, vamos admitir que o desemprego e a fome continuem a aumentar? Se não vamos admitir esses resultados, temos que colocar em questão o projeto do FMI e preparar um outro projeto alternativo aceitável para o sistema financeiro internacional.

O projeto ideal para os bancos internacionais é o do FMI, mas os bancos sabem que esse projeto é inviável devido à taxa elevada de juros e à necessidade irrealista de aumentar exportações e/ou reduzir importações. Já há muitos bancos admitindo que terão que perder parte de seus ativos para poder receber o restante. Portanto aceitarão uma negociação global da taxa de juros. Por outro lado os prazos também terão que ser e poderão ser negociados. Estas serão as duas negociações básicas: juros e prazos. A partir dessa negociação haverá um projeto brasileiro para o Brasil alternativo ao projeto do FMI.

A renegociação da dívida brasileira, que permitirá ao Brasil voltar a crescer, será, entretanto, uma negociação política. Será uma negociação em que o poder e a habilidade das partes do governo brasileiro de um lado, dos bancos estrangeiros do outro, apoiados no FMI e nos seus respectivos governos será a variável fundamental.

O governo brasileiro é hoje um governo politicamente fraco. Por isso não tem o poder necessário para a negociação necessária, que, afinal, terá que ser com os próprios governos dos países credores. E por isso não tem outra alternativa senão ajustar-se ao FMI. Obedecer às regras do jogo.

Mas é por isso, também, que todas as esperanças da sociedade brasileiras estão voltadas para a eleição de um novo presidente que tenha legitimidade na sociedade civil e portanto poder para negociar. O sentido da campanha pelas eleições diretas é fundamentalmente esse. Só assim poderemos ter um 1985 melhor. Porque, infelizmente tudo indica que 1984 já está perdido, ou seja, será tão mau para o Brasil como foi 1983 (Isto É, 28/12)